

Crise do trabalho na virada do século XX-XXI: economia solidária versus empreendedorismo

Laura Senna Ferreira¹

Resumo: A finalidade deste artigo é analisar o debate teórico envolvendo os temas da economia solidária e do empreendedorismo. Busca-se responder às seguintes indagações: Quais os fundamentos epistêmicos das noções de empreendedorismo e de economia solidária? Estas perspectivas podem ser associadas, respectivamente, aos princípios liberais e socialistas? Quais elementos aproximam e quais diferenciam ambos os pressupostos? Tais questionamentos tem como base histórica a conjuntura de reconversão produtiva que, a partir dos anos 1970, como saída para a crise da sociedade salarial, fortalece, por um lado, a economia solidária e, por outro, o empreendedorismo.

Palavras-chave: Crise da sociedade salarial. Economia solidária. Empreendedorismo.

Abstract: The central issue of the article is to analyze the debate about solidarity economy and entrepreneurship. The aim of this study is to answer the following questions: Which are the epistemic basis of entrepreneurship and solidarity economy ideas? Could such principles to be associated with liberalism and socialism respectively? Which elements approach and which one distinguish both assumptions? These questions have as historical basis the process of production restructuring, from 1970. Since then, as an exit from wage society crisis, it has been strengthened, on the one hand, the solidarity economy, on the other hand, the entrepreneurship.

Keywords: Wage society crisis. Solidarity economy. Entrepreneurship.

¹ Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de Sociologia no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Introdução

A partir dos anos 1970, relacionado à crise da sociedade salarial, fortalece-se o debate envolvendo os temas economia solidária e empreendedorismo. O período caracteriza-se pelo declínio do regime fordista; flexibilização da produção e do trabalho; inovação tecnológica; terceirização; produção enxuta; privatização; globalização econômica; aumento do desemprego, entre outros aspectos.

A crise da sociedade salarial e do estado de bem-estar social leva ao declínio do contrato de trabalho e da noção de pleno emprego como fatores constitutivos da ordem social (CASTEL, 1998). O Estado se exime de uma série de responsabilidades sociais e, no lugar da política, o mercado expande o seu controle.

Como saída para a crise, que gerou desemprego e exclusão social, desenham-se soluções que vão desde iniciativas individuais até ações coletivas. Destarte, o empreendedorismo e a economia solidária emergem como alternativa, podendo ser concebidos como campos epistêmicos e políticos opostos.

As iniciativas solidárias são baseadas em valores de reciprocidade. Trata-se da possibilidade de admitir a economia articulada às demais relações sociais (POLANYI, 1980). Ou seja, engendra-se a alternativa de uma economia e de uma forma de produção da vida que não esteja completamente inserida na lógica capitalista de mercado. Com isso, sublinha-se que, se o mercado capitalista é dominante, ele não é a única saída para os desafios econômicos e sociais postos nesta virada dos séculos XX para o XXI.

No caso latino-americano, nos anos 1980/1990, as medidas, no âmbito da economia solidária, se fortalecem como solução para a crise do trabalho. Por razões semelhantes, o empreendedorismo, também, se revigora como saída individual para os dilemas do desemprego e da carência de renda. A perspectiva de que é preciso ser empreendedor e criar o próprio emprego impõe-se de forma hegemônica.

Economia solidária e empreendedorismo representam duas formas distintas de organização do trabalho e da produção. Por meio da economia solidária não apenas busca-se melhorar as condições de vida da população, mas, igualmente, encaminham-se outras alternativas de convivência social. A economia solidária não parte do Estado nem da empresa, não é privada nem é pública, não nega o mercado nem se inclui nele. Ela origina não apenas uma forma de inserção econômica, mas uma participação nas decisões e nos rumos da sociedade.

A ênfase nas noções de empreendedorismo e de economia solidária é coetânea à intensificação da precariedade do trabalho. Frente à crise da sociedade salarial se, por um lado, faz-se fundamental entender os infortúnios laborais, por outro, considera-se imprescindível analisar as saídas, individuais e coletivas, acionadas como subterfúgio para superação dessas vicissitudes.

Por vezes, reporta-se a expressão “empreendedorismo solidário”. Conquanto, no presente artigo, tal locução será questionada, por considerar-se que ambas as categorias (empreendedorismo e solidário) se referem a matrizes teóricas e ideológicas não apenas diferentes, mas opostas (individualismo *versus* coletivismo ou liberalismo *versus* socialismo).

O presente artigo, focando, principalmente, no tema da economia solidária, busca analisar sua relação e oposição ao empreendedorismo. Trata-se de uma pesquisa teórica, a qual perpassa parte da bibliografia sobre o assunto. Na primeira parte do artigo, discutem-se os parâmetros essenciais que tem marcado o debate sobre economia solidária. Num segundo momento, abordam-se as principais nuances envolvidas nas discussões sobre empreendedorismo. Por fim, analisam-se em que medida empreendedorismo e economia solidária se aproximam ou se opõem como modelo econômico e societário.

Economia solidária e autogestão

As cooperativas são a maior expressão da economia solidária. No debate mais recente elas são consideradas, basicamente, a partir de duas interpretações, as quais se associam ao compromisso político com a perspectiva de autogestão:

1) Cooperativa como germe de um novo modo de produção: posse coletiva dos meios de produção e gestão democrática. Além de ser opção ao desemprego e forma de recuperação de postos de trabalho, em empresas falimentares, esses empreendimentos colocam-se como “semente de uma economia social na qual a lógica de mercado estaria subordinada a uma lógica solidária” (LIMA, 2006, p.100).

2) Cooperativa como modelo de trabalho flexível, pós-fordista e funcional ao capital: colaboração capital-trabalho. Transforma trabalhadores em proprietários, mas representa intensificação da jornada e instabilidade de ganhos, conforme oscilações do mercado. Lança-se mão da contratação de assalariados para cargos técnicos e gerenciais, criando-se novas hierarquias. O trabalhador, assumindo a gestão, reduz o ônus da empresa em controlá-lo (LIMA, 2006).

A primeira alternativa tem como crucial a questão da autogestão, que diz respeito a “uma proposta democrática e coletivista de gestão, historicamente construída a partir de um ideário socialista, na qual, além da propriedade, as decisões e o controle do empreendimento são exercidos pelos trabalhadores” (GUIMARÃES et.al., 2006, p.293). A autogestão difere da co-gestão e da gestão participativa, que visam o aumento da eficiência da empresa. Ela não inclui somente a dimensão econômica, mas também as instituições políticas e culturais, a propriedade social dos meios de produção e de intercâmbio, as transformações da organização social e da vida como um todo, o que remete para a questão macroeconômica de transformação radical da sociedade.

Na autogestão, pautada por valores de solidariedade e coletivismo, os trabalhadores decidem, de forma direta, os processos produtivos e a partilha do produto final. Há uma distribuição igualitária de poder e a divisão de trabalho carece da fragmentação entre os que concebem e os que executam. Altera-se a forma de organização do trabalho, que passa a ser composta por rodízio de tarefas, debates, tomada de decisões e aprendizado cotidiano. Trata-se de trabalho associado em vez de assalariado, o que requer uma transformação cultural mais ampla (PAULUCCI, 2014).

Os grupos fundadores das cooperativas – Organizações Não Governamentais (ONGs), governo, movimentos sociais, sindicatos, empresas – ensejam projetos políticos e ideológicos diferentes, no que tange às noções de autonomia, autogestão, processos decisórios, relações de trabalho e emancipação. Assim, o rumo que um determinado empreendimento solidário irá tomar depende, em grande medida, dos grupos que o compõem desde as suas origens.

Com a autogestão de perfil mais autêntico, inicia-se um processo de ensino-aprendizagem que busca “alcançar metas coletivas, construir espaços de representação e participação democráticos” (PAULUCCI, 2014, p.79). Nas assembleias, através da interação ativa e das tomadas coletivas de decisão, vai se construindo um fazer mais democrático do que aquele que se faz presente nas relações de assalariamento.

Com respeito à questão da autogestão, Faria (1985) sugere o termo “organizações com características auto-gestionárias”, pois considera improvável a existência de experiências autogeridas plenas no capitalismo. Não há casos que rompam completamente com a ordem econômica vigente, estando todos empreendimentos perpassados pela dependência do mercado, devido a necessidade de insumos, matéria-prima, materiais secundários e maquinários produzidos por grandes empresas.

Independente dos propósitos originais das cooperativas, os empreendimentos precisam se inserir no mercado, promovendo, para tanto, adequações gerenciais, tecnológicas e de custos. “Mesmo quando vinculadas a propostas de uma ‘outra economia’, mais justa e solidária, a questão do mercado se impõe” (LIMA, 2006, p.98).

A economia solidária é um conceito diverso, mas tem em comum a “contraposição entre solidariedade e o individualismo competitivo predominante na sociedade capitalista” (LIMA, 2004, p.53).

Na perspectiva de Singer (1998), a cooperativa é a expressão máxima da economia solidária, que se caracteriza pela propriedade coletiva e pela autonomia decisória. Singer (1998) concebe positivamente as iniciativas solidárias, pois considera que elas permitem contemplar a economia como horizonte de transformação social.

Para Gaiger (2003), no capitalismo, pode continuar existindo formas atípicas e não dominantes de produção da vida material, que, embora periféricas, tem chance de alargamento da sua influência, esquivando-se do controle imediato do capital.

Gaiger (2003) observa que as formas cooperadas, mais do que as assalariadas, têm sido aliadas da eficiência e da racionalização do processo produtivo, envolvendo um maior rendimento, devido à motivação dos trabalhadores. A noção de eficiência assume, aqui, um caráter mais amplo, associada à qualidade de vida e à satisfação dos trabalhadores, tanto em termos culturais e cognitivos como ético-morais, evidenciando as vantagens comparativas da autogestão em relação aos empreendimentos capitalistas. Como efeito, explicita-se, para os trabalhadores, que, pela via coletiva, podem satisfazer melhor seus interesses.

Os empreendimentos solidários apropriam-se, a sua maneira, da base técnica herdada do capitalismo ou desenvolvem a sua própria base, antepondo o dilema de como assimilar o suporte técnico capitalista sem o seu conteúdo social. A questão da eficiência relaciona-se a aspectos, tais como: a supressão das relações assalariadas desonera a produção, por eliminar custos com controle e supervisão; as jornadas e retiradas são ajustadas às flutuações do mercado; não é preciso gastar com estratégias para recompor o espírito corporativo sempre que vem a toda as contradições de classe; o excedente não é mais apropriado para fins privados, ficando a cargo dos trabalhadores se serão destinados para a remuneração ou se serão reinvestidos na própria empresa; há uma garantia contra o desemprego para os cooperados, sendo baixa a rotatividade.

No caso dos empreendimentos solidários há uma maior relação entre a performance da organização e os benefícios individuais, motivando os trabalhadores a quererem

garantir o sucesso da empreitada. Isso elimina desperdício, tempo ocioso e garante a busca pela qualidade do produto. Por meio dessas estratégias, o “solidarismo econômico” promove “uma racionalidade própria, virtualmente superior a das empresas capitalistas” (GAIGER, 2003, p.203).

Os empreendimentos solidários convivem e, ao mesmo tempo, se contrapõem ao modo de produção capitalista. Fica sempre a questão de até que ponto ele democratiza o trabalho e até que ponto se subordina ao capital (LIMA, 2004). “A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento” (GAIGER, 2003, p.194).

Contudo, “ao mudar a situação da empresa, mudam os sujeitos, constroem-se suas subjetividades” (PAULUCCI, 2014, p.152). Desenha-se aí uma nova ética baseada na solidariedade, liberdade e confiança. Tem-se a existência de “novos valores sendo colocados em prática cotidianamente, gerando a possibilidade de construir uma ‘nova ética’” (PAULUCCI, 2014, p.153), um novo tipo de interação e de sociabilidade.

Na prática dos empreendimentos solidários, os trabalhadores questionam as hierarquias ocupacionais e as relações de poder; percebem sua capacidade de luta; assumem novas responsabilidades; desenvolvem novas subjetividades; criam novas institucionalidades; constroem laços com cooperativas, comunidades, sindicatos e movimentos sociais. Nessa experiência, “as práticas auto-gestionárias, além de construir um modo alternativo de gerir as unidades produtivas, induzem ao surgimento de um novo sujeito social e político” (PAULUCCI, 2014, p.194).

Todavia, os limites das empresas auto-gestionárias se evidenciam nos déficits de autonomia que possuem nas cadeias produtivas. Com a crise da sociedade salarial, no final do século XX e início do XXI, o cooperativismo emerge como alternativa diante do crescimento do desemprego, da perda de direitos sociais e do enfraquecimento do movimento sindical. Trata-se menos de uma saída planejada e voluntária do que de uma via de combate ao desemprego estrutural. Não diz respeito, portanto, a uma “ideologia que pretende abolir a propriedade privada, nem se contrapor ao capital” (PAULUCCI, 2014, p.152). Assim, “fica a questão se é uma alternativa à exploração capitalista, ou à falta dessa mesma exploração” (LIMA, 2004, p.58). Da mesma maneira, questiona-se em que medida o trabalho autogestionário não é favorável às empresas em processo de flexibilidade, sendo o cooperativismo apenas um novo momento do desenvolvimento capitalista.

O modelo de associativismo vem se multiplicando como alternativa de ocupação, manutenção de emprego e geração de renda, em um contexto que decorre da reestruturação produtiva dos anos 1970, e que teve como corolário o fechamento e deslocamento de muitas empresas, abalando regiões inteiras. Nessa conjuntura, a economia solidária tem representado a possibilidade de um desenvolvimento mais sustentável, uma resposta a “precarização do trabalho e da vida social” (LIMA, 2004, p.53), construindo relações sociais alternativas, que tanto integram como contrariam os ditames do capitalismo.

As experiências associativistas – em cooperativas de trabalho e de produção, que se diferenciam das tradicionais cooperativas de crédito, habitacional ou agrícola – ressurgem em um momento de crise do fordismo e de políticas neoliberais, bem como associado aos movimentos contraculturais do final da década de 1960. Os últimos expressaram o desencanto com o capitalismo e com o socialismo de Estado, defendendo a democracia, os movimentos ecológico, feminista e as demais minorias (LIMA, 2004).

Com a reestruturação produtiva se acende o debate em torno da definição do que seriam as falsas ou verdadeiras cooperativas. Consideram-se as primeiras como auxiliares do capital, e as segundas como marcadas pela expectativa de emancipação do trabalho. No primeiro grupo, assentam-se as cooperativas pragmáticas, de fachada, que, apesar de legalmente constituídas, funcionam como terceirizadas. Muitas delas são organizadas pelas próprias empresas e integram programas estatais de geração de renda, estando “desvinculadas dos princípios do movimento cooperativista”. No segundo grupo, localizam-se as cooperativas defensivas, as quais são formadas pelos trabalhadores para manter seus empregos em fábricas em situação falimentar, bem como por programas governamentais de geração de renda para pobres. “Nos dois grupos, predomina uma grande dependência, seja de redes empresariais e órgãos públicos – nas chamadas cooperativas pragmáticas –, seja de órgão públicos de fomento e instituições da sociedade civil – nos chamados empreendimentos solidários” (LIMA, 2004, p.46).

Com a focalização das empresas, muitas delas passaram a sugerir aos próprios empregados que organizassem cooperativas para realizar as atividades que deixaram de exercer diretamente. Mais do que norteadas pelas propostas auto-gestionárias e de autonomia, esses empreendimentos estão voltados para reduzir os custos com força de trabalho. “E a aceitação pelos trabalhadores é igualmente ‘pragmática’: a manutenção de emprego”. Em muitas dessas cooperativas tem-se “a presença formal da autogestão, com conselhos fiscais e diretoria eleita, mas vinculadas às empresas primeiras. O caráter pragmático refere-se à associação Estado-empresa na fórmula geração de emprego e renda e, principalmente, redução de custos” (LIMA, 2004, p.52).

A degeneração em falsa cooperativa caracteriza-se por elementos como erosão da democracia interna, contratação de gerente e trabalhadores assalariados e transformação em empresas regulares. As falsas cooperativas representam um setor das empresas que as organizaram e que as gerem, através de funcionários que trabalham como supervisores.

Não obstante, apesar de explicativa, a dualidade “falso *versus* verdadeiro” é simplificadora, pois desconsidera os inúmeros formatos e os limites encontrados na busca de efetiva autonomia de gestão e de democratização das relações de trabalho, subestimando as dificuldades culturais de participação e o cotidiano concreto das cooperativas (LIMA, 2006).

Existem muitos aspectos que dificultam a adesão ao cooperativismo. “Elementos culturais presentes no assalariamento, entendido como acesso a direitos de cidadania, dificultam a compreensão de uma proposta auto-gestionária” (LIMA, 2004, p.54).

Para os trabalhadores, a cultura do assalariamento representada pelos direitos sociais, ou a possibilidade de acesso a eles, marca profundamente a cultura do trabalho em seus aspectos relativos ao poder e autoridade e, enquanto tal, relativiza a incorporação dos valores do auto empreendimento e da autogestão (LIMA, 2010, p.193).

Para os trabalhadores, as cooperativas, muitas vezes, são uma empresa como qualquer outra, com o porém de que, nela, inexistem os direitos trabalhistas tradicionalmente associados à carteira de trabalho. Alguns percebem o vínculo com a cooperativa apenas de forma temporária, até arrumarem um emprego melhor. Ou seja, eles estão ali por falta de opção e tem dificuldade de entender que são trabalhadores e patrões ao mesmo tempo. Ocorrem muitos problemas disciplinares, de hierarquia, de divisão tradicional do trabalho e de participação. Com respeito ao último aspecto, muitos trabalhadores pensam que a administração não é problema deles e continuam agindo como empregados. Tais fatores dificultam, sobremaneira, o caráter democrático dos empreendimentos. Ainda, a aceitação de novos membros gera o problema de que esses não participaram das lutas iniciais da cooperativa. A contratação de assalariados gera um dualismo, resultando em “associados que enfrentam o dilema de serem os patrões e, ao mesmo tempo, terem menos direitos que seus colegas assalariados protegidos, em certa medida, pela legislação trabalhista” (LIMA, 2004, p.57).

Tais circunstâncias, somadas a carência de uma educação integrada aos princípios do cooperativismo, dificultam a adesão ao associativismo, que não é concebido do ponto de vista da autonomia e da democracia do trabalho. Nesse quadro, muitas vezes, os trabalhadores não se percebem nem como autônomos nem como proprietários, mas sim como sujeitos sem direitos.

São muitas as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas, dentre essas: dependência de apoio externo (como isenção de impostos pelo Estado); risco de contratação de assalariados; desconfiguração do caráter igualitário; equipamentos tecnológicos obsoletos; falta de capital de giro; insatisfação frente aos ganhos; dificuldade de mercado para os seus produtos, entre outros aspectos (LIMA, 2006).

Apesar dos empecilhos ao desenvolvimento das iniciativas solidárias faz-se pertinente conceber o papel do associativismo como alternativa coletivista, em oposição às saídas econômicas e sociais individualistas. Em oposição ao “solidarismo”, as soluções individualizadas se expressam, sobretudo, nos princípios do empreendedorismo, conforme analisado a seguir.

Empreendedorismo: saída individual aos dilemas coletivos

A ideia de empreendedorismo ganha expressão com as obras de Richard Cantillon (1680-1734) e Jean-Baptiste-Say (1767-1832). Eles definiam os empreendedores como empresários capazes de correr riscos e de buscar vantagens com as incertezas econômicas. Apesar da relevância desses autores, para a definição de empreendedorismo, é com Joseph Schumpeter (1883-1950) que a expressão estará, fundamentalmente, associação à inovação e criação, sendo considerados empreendedores aqueles indivíduos que promovem “novas combinações”, gerando novos produtos e empreendimentos.

A ideia de empreendedorismo, submetida a uma interpretação renovada, é retomada, sobretudo, a partir da crise da sociedade salarial (CASTEL, 1998), que se desenha por volta dos anos 1970. A noção será mobilizada como uma das principais receitas para superação da estagnação, do desemprego e da exclusão social.

Associa-se o empreendedorismo à construção de uma nova subjetividade. Para além dos empresários *stricto sensu*, tais ideais passam a ser críveis e disponíveis para todos os indivíduos. A literatura gestorial e aqueles que a acionam, da parte do governo, da empresa ou da sociedade civil, prometem a edificação de uma sociedade de indivíduos empreendedores. Concebe-se que, por essa via, a sociedade caminharia em direção ao progresso econômico e social.

Simultâneo às transformações na produção, alteram-se as percepções e os valores associados ao trabalho. O neoliberalismo recolocou “a ação individual como única possibilidade emancipadora e a perspectiva coletiva como burocrática, autoritária e ultrapassada” (Lima, 2010, p. 160). Esse novo horizonte abre caminho para uma

cultura marcada pelos valores do capitalismo flexível, associados às ambições dos empreendedores: risco; liderança; inovação; competência; ousadia, entre outros ideais.

O empreendedorismo emerge como o “novo espírito” do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Possivelmente, uma nova forma de representar simbolicamente a mesma materialidade dominante na sociedade moderna. Como visão de mundo, o empreendedorismo transcende o âmbito dos negócios para inserirem-se nas mais diferentes esferas da vida, como ocorre no campo da educação. Pretende-se que o empreendedor seja uma forma de ser válida para todas as atividades (Dolabela, 2003). Assim, a escola deve preparar os indivíduos para que sejam capazes de “auto produzir sua existência pela criação de seu próprio posto de trabalho ou dinamizar as empresas/ organizações por meio de seus atributos de portador de um perfil empreendedor” (COAN, 2011, p.456).

Nessa gramática discursiva considera-se que não se pode mais educar para um emprego com estabilidade, pois esse já não está mais disponível ou está em vias de extinção. O empreendedorismo se expressa como saída para o desemprego, como paradigma de desenvolvimento social e como modelo de conduta. Enquanto expressão de subjetividade e de sociabilidade, ele enseja uma cultura baseada no individualismo e na competição. O discurso empresarial tem apelado para as mídias, escolas e espaços de entretenimento como meio de fortalecer esses ideais privados de projeção de sucesso.

Os louvores gestoriais recentes emergem como agenda política de perfil, sobretudo, neoliberal. As teorias dos *managements* têm proposto sínteses que traduzem a realidade para o público, com grande capacidade de convencimento. Enquanto isso, outras perspectivas econômicas e sociais são negligenciadas. O discurso gestorial é, também, uma mercadoria. Hoje em dia ele tem valorizado muito o mote da ética nos negócios (BOLTANSKI; CHIAPELLO; 2009). Dito de outro modo: há uma pauta corporativa que destaca os valores democráticos, a autonomia e a liberdade, embora isso nem sempre se verifique na prática.

Do ponto de vista do empreendedorismo todos devem investir em si mesmo, mediante o auto-empresariamento, assim, as “estratégias individuais de sobrevivência no emprego substituem as coletivas por conquistas para toda a categoria” (LIMA, 2010, p.168).

No âmbito teórico e político, a noção de empreendedorismo contrapõe-se a de empreendimento autogestionário. Em termos de fundamentos epistêmicos situam-se a autogestão na esfera do coletivismo e o empreendedorismo no plano do individualismo liberal.

Para o liberalismo clássico, o mundo humano estava constituído de átomos individuais com certas paixões e necessidades, cada um procurando acima de tudo aumentar ao máximo suas satisfações e diminuir seus desprazeres, nisto igual a todos os outros, e naturalmente não reconhecendo limites ou direitos de interferência em suas pretensões... No curso da busca desta vantagem pessoal, cada indivíduo nesta anarquia de competidores iguais achava vantajoso ou inevitável entrar em certos tipos de relações com outros indivíduos, e estes complexos de acordos úteis – constantemente expressos na terminologia francamente comercial de ‘contrato’ – constituía a sociedade e os grupos políticos ou sociais (HOBSBAWN, 1977, p.327).

De modo diferente, o coletivismo tem por base um prisma comunitário:

Os socialistas voltaram à mais antiga de todas as tradições ideológicas humanas: a crença de que o homem é naturalmente um ser comunitário... A ideia smithiana de que o intercâmbio de mercadorias equivalentes no mercado garantia de alguma forma a justiça social lhes chocava como algo incompreensível ou imoral. A maior parte do povo compartilhava este ponto de vista mesmo quando não podia expressá-lo (HOBSBAWN, 1977, p.337).

No contexto das novas formas de organização do trabalho a noção de empreendedorismo tem se referido tanto a ação dos proprietários como a dos trabalhadores. A partir da ideia de empreender em negócios que não seja o seu, quer dizer, como trabalhador empreendedor (o chamado intraempreendedorismo), a concepção de empreendedorismo procura transcender as classes sociais.

Nos últimos anos, o conceito tem recebido uma visibilidade sem precedente. Fala-se na liberdade do empreendedor e na possibilidade que esse tem de ser dono dos próprios tempo e ritmo de trabalho. Na euforia das possíveis vantagens relacionadas a essa categoria escondem-se as precariedades de muitas das atividades laborativas (COAN, 2012), bem como escamoteia-se o fato de que boa parte das iniciativas dizem respeito a um mero “empreendedorismo por necessidade”. Não raro, o trabalho autônomo, informal, a domicílio, por tempo parcial e determinado é classificado sob a alcunha de empreendedorismo.

Associam-se aos empreendedores características, tais como: independência; postura energética; originalidade; habilidade para resolver problemas; aceitação do “dinheiro como medida de desempenho”, entre outros elementos. Tais discursos já não dizem respeito apenas ao âmbito econômico, mas referem-se a um novo indivíduo, quer dizer, a um novo modo de ser, o qual envolve uma determinada visão de mundo e um projeto de sociedade (COAN, 2012). Esse projeto tem como principais fundamentos a competição e a rivalidade entre grupos e indivíduos.

Parte da literatura sobre empreendedorismo assume que empreender, por si mesmo, representa produção e distribuição de riqueza, sendo, portanto, uma estratégia para resolver o problema da desigualdade (DOLABELA, 1999). É como se o lucro, por si mesmo, representasse a possibilidade de distribuição de riquezas, o que ignora a efetiva apropriação heterogênea dos resultados desses empreendimentos.

A expansão desse campo ideológico tem se expressado através de publicações, conferências, eventos, periódicos e revistas, bem como por meio de políticas públicas.

O empreendedorismo está associado, de diversas maneiras, aos seguintes aspectos: 1) crise da sociedade do trabalho; 2) individualismo; 3) Terceira via; 4) neoliberalismo. Da mesma forma, observam-se que existem vários desdobramentos relacionados às possibilidades de ser empreendedor: 1) autoemprego (trabalho autônomo); 2) empreendedorismo comunitário; 3) intraempreendedorismo (empregado empreendedor).

Os limites do empreendedorismo, como conceito, fazem dessa categoria a miríade de um idealismo fraco em termos epistêmicos, quer dizer, no que tange a sua capacidade de explicar e, por corolário, de resolver problemas sociais.

A dimensão perversa do empreendedorismo fica por conta das considerações de que cada um emerge como projeto de si mesmo (BARBOSA, 2011). Nesse repertório argumentativo, com frequência, a ausência de emprego e de oportunidades resulta de uma falta de habilidade individual para escolher as qualificações certas, requeridas pelas empresas, como se a qualificação garantisse o próprio emprego, o que tem, sistematicamente, se demonstrado um engodo (ANTUNES, 2011; POCHMANN, 2014).

Weber (2004) identificou o sistema de valores como importante para entender o comportamento empreendedor, trazendo a importância da análise subjetiva. Por meio do empreendedorismo a racionalidade da empresa (cálculo previsível e quantificável; eficácia; desempenho; rendimento) dissemina-se para todas as esferas da vida, inclusive, para os recantos mais íntimos das vivências individuais.

A ideologia do empreendedorismo acaba por representar a empresa como se fosse uma comunidade. Para a “ideologia dos recursos humanos” (GORZ, 2003) todos – trabalhadores, gestores e patrões – são iguais, do ponto de vista da ação empreendedora. A imagem da empresa como espaço de aperfeiçoamento pessoal dos empregados arrefece os conflitos. “De fato, essa descrição de um trabalhador de tipo novo reflete, não uma realidade, mas ‘uma mudança de paradigma’” (GORZ, 2003, p.70). O novo tipo refere-se ao “trabalhador empreendedor”, o qual vem a ser uma, quase mágica, invenção empresarial recente.

A ideia de “trabalhador empreendedor” compõe o cálculo instrumental da empresa. Ela favorece a corrida por objetivos individuais em detrimento dos objetivos comuns, fragilizando os engajamentos coletivos. Os resultados obtidos são concebidos como resultado de esforços individuais. A ausência de direitos que, muitas vezes, significa ser um “trabalhador empreendedor” é secundarizada por essa ideologia, a qual sustenta que o empreendedor é responsável pela própria “permanência num mercado de contínua transformação” (LIMA, 2010, p.160).

Os trabalhadores são incentivados a construir uma “identidade de rede”; tipo de coletivo efêmero, mas que remete a uma mobilidade voluntária. Nessa forma de identidade a noção de “precariedade” pode

adquirir uma conotação positiva: uma espécie de “precariedade identificante”, isto é, uma conduta de exploração incessante de um meio profissional, por meio de experiências curtas, mas cada vez mais enriquecedoras... Trata-se de uma forma identitária similar à dos atores (DUBAR, 2009, p.152).

Um tipo de identidade sincronizada com os valores do empreendedorismo. Assim, formas anteriores de identificação com coletivos e papéis se tornaram problemáticas.

As identidades “tayloriana”, “de ofício”, “de classe”, “de empresa” são desvalorizadas, desestabilizadas em crise de não-reconhecimento. Todos os “nós” anteriores, marcados pelo “comunitário” e que tinham permitido identificações coletivas, modos de socialização do “eu” pela integração definitiva a esses coletivos, são suspeitos, desvalorizados, desestruturados... supõe um indivíduo racional e autônomo que gera suas formações e seus períodos de trabalho segundo uma lógica empresarial de “maximização de si” (DUBAR, 2009, p.153).

Essa identidade de rede é “individualista” e “incerta”. Esta “voltada para a ‘realização de si mesmo’, para o desabrochar pessoal, num contexto de forte competição, coloca os indivíduos na obrigação de enfrentar a incerteza e, cada vez com mais frequência, a ‘precariedade’ tentando dar-lhe um sentido” (DUBAR, 2009, p.153).

Se o resultado de trinta anos de crise do emprego, de transformação do trabalho no sentido da responsabilidade individual, da valorização da competência pessoal e da “empregabilidade de cada um” foi fazer desta última forma identitária a única desejável no futuro, a única suscetível de reconhecimento temporário, a única a propor à geração nova, então entramos numa crise identitária permanente. Cada um deverá, no futuro, “vender-se”, por algum tempo, a um empregador ou “tentar a sorte” numa criação de empresa incerta? (Idem, 2009, p.153).

O debate sobre empreendedorismo, assim como o da empregabilidade, do ponto de vista do trabalhador, assemelha-se com a teoria neoclássica do capital humano. Para

essa, o assalariado é administrador do próprio capital. Os seus investimentos definem a oferta de trabalho, que encontra a demanda das empresas em um mercado concebido conforme o modelo da concorrência. Nesse caso, as desigualdades salariais deveriam se explicar pelas diferenças de níveis de investimentos. Por conseguinte, o argumento ignora as desigualdades de gênero, étnicas, rurais e urbanas, bem como antiguidade na empresa, organização coletiva e demais dimensões que segmentam o mercado de trabalho (DUBAR, 2009).

Com isso, recupera-se a matriz liberal a que pertence às perspectivas vinculadas à ideia de intraempreendedorismo, a qual difere, sobre medida, das orientações coletivistas, associadas à economia solidária anteriormente referida.

As iniciativas utilitaristas relacionadas ao empreendedorismo, como prática e como projeto, estão em oposição às ideias coletivistas, em particular, como antítese dos propósitos associadas a uma perspectiva autêntica de autogestão. Nos últimos anos, quando comparado à economia solidária, o empreendedorismo tem vencido as disputas práticas e ideológicas. Todavia, se essa é uma perspectivamente hegemônica, ela não é a única. Outras iniciativas têm surgido para além da via individualista, como bem evidenciou a análise, aqui realizada, a partir da economia solidária.

Considerações finais

A economia solidária não é, necessariamente, uma luta para abolir a propriedade privada ou ação direta contra o patrão. A intenção imediata desses empreendimentos não é a construção de um novo modo de produção, mas sim a possibilidade de geração de trabalho e renda em um contexto de crise da sociedade salarial, gerador de desemprego e de desigualdades sociais.

A economia solidária significa um percurso no sentido de uma nova economia e um novo projeto de sociedade. Todavia, faz-se difícil a permanência de princípios solidários “numa sociedade não solidária, o que exige, de forma permanente, um renovar de energias na crença das possibilidades efetivas de construção de uma nova forma de produzir e viver” (LIMA, 2006, p.109).

Isso se torna ainda mais veemente quando se considera que o associativismo tem sido um recurso de fachada. Em muitos desses casos atribui-se o nome de economia solidária para ações que, efetivamente, representam a precarização do trabalho.

O associativismo diz respeito à outra forma de sociabilidade, diferente daquela baseada nos valores individualistas. Propõe-se a construir uma sociabilidade que vai além de um modelo de desenvolvimento baseado no acúmulo de riquezas, representando, assim, uma experiência contra hegemônica (SANTOS, 2002). Trata-se de formas alternativas de organização da economia, que estão orientadas por determinações sociais, igualitárias, solidárias e ecológicas, mais comunitárias e sustentáveis do que as versões capitalistas da organização do trabalho e da produção.

Não obstante, sob o nome de economia solidária ou empreendedorismo social tem se ocultado as mazelas da precarização do trabalho. De modo geral, nas cadeias de produção, as grandes empresas reduzem trabalho para aumentar o número de empregados nos pequenos estabelecimentos, nos quais se paga menores salários e as condições de trabalho são inferiores, mais vulneráveis.

Apesar dos limites e debilidades que apresenta a economia solidária ela indica que existe algo além do horizonte do empreendedorismo. Em certa medida, ela aponta para a possibilidade de se superar assimetrias sociais e vislumbrar uma sociedade menos heterogênea do ponto de vista econômico.

Desse prisma, questiona-se a generalização do conceito de empreendedor. Por representar uma alternativa, não somente diferente, mas, sobretudo, oposta ao individualismo econômico, considera-se prudente evitar a associação entre as noções de empreendedorismo e de economia solidária, posto que cada uma dessas perspectivas diz respeito a paradigmas econômicos e societários distintos.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Attila Magno e Silva. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba, v.19, n.38, p.121-140, fev.2011.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- CANTILLON, Richard. *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*. Curitiba: Segesta, 2002.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- COAN, Marival. Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo. In: *IX ANPED Sul*, 2012.

DUBAR, Claude. *A crise das identidades: A interpretação de uma mutação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA, J.H. *Relações de Poder e Formas de Gestão*. Curitiba; *Criar Edições/ FAE*, 1985.

GUIMARÃES; Valesca; KOROUSE, Aline; CORRÊA, Fernanda Zanin. Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina: uma alternativa democrática à produção. In: PICCININI, Valmiria et al. (Orgs.). *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 2004, vol.19, no.56, p.45-62.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, nº 25, set./dez. 2010, p.158-198.

PAULUCCI, Maria Alejandra. *Novos olhares: de trabalhadores assalariados a trabalhadores cooperados. Um estudo sobre a caminhada de luta dos trabalhadores das empresas recuperadas do Brasil*. UFSC, 2014.

POLANYI, Karl. *A grande transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus LTDA, 1980.

SANTOS, Boaventura. *A globalização e as ciências sociais*. SP: Cortez, 2002.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril cultural, 1983.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.